

# Textos para Discussão N° 73

Secretaria do Planejamento e Gestão  
Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

## **Os fiscais e o trabalho de representação**

Jorge Blascoviski Vieira

Porto Alegre, novembro de 2009

---

Terceira parte da pesquisa *Elites burocráticas regionais e práticas sindicais: as lutas intraburocráticas dos funcionários da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul*



GOVERNO DO ESTADO  
RIO GRANDE DO SUL

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

**Secretário: Mateus Affonso Bandeira**



### DIRETORIA

**Presidente:** Adelar Fochezatto

**Diretor Técnico:** Octavio Augusto Camargo Conceição

**Diretor Administrativo:** Nóra Angela Gundlach Kraemer

### CENTROS

**Estudos Econômicos e Sociais:** Sônia Rejane Unikowski Teruchkin

**Pesquisa de Emprego e Desemprego:** Roberto da Silva Wiltgen

**Informações Estatísticas:** Adalberto Alves Maia Neto

**Informática:** Luciano Zanuz

**Editoração:** Valesca Casa Nova Nonnig

**Recursos:** Alfredo Crestani

### TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pela FEE, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões. As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação de Economia e Estatística.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Os fiscais e o trabalho de representação

Jorge Blascoviski Vieira\*

Economista, técnico da FEE

### Resumo

*Este trabalho expõe os resultados de uma investigação que teve como alvo de análise as entidades de representação de um segmento da burocracia que atua na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. A questão que moveu a pesquisa diz respeito ao porquê da existência de uma incongruência entre o que emana do alto comando da administração dessa secretaria e os interesses dessa burocracia, que são mediados em espaços formais de representação. Os dados empíricos, para dar conta da hipótese formulada, foram levantados juntos às entidades, levando em consideração o seguinte recorte: os recursos materiais mobilizados, a agenda de interesse e as estratégias empregadas nas ações.*

**Palavras-chave:** Estado; burocracia; interesse.

### Abstract

*This paper shows results of an investigation on unions that represent part of the bureaucracy working at State of Rio Grande do Sul Department of Finance. The aim of this research is to understand why there is a difference between what comes from the administration high command and the concerns of this bureaucracy, which are mediated in formal sites of representation. Empirical data was obtained from the unions, according to these criteria: material resources mobilized, agenda and strategies employed in actions.*

**Keywords:** State; bureaucracy; interest.

**Classificação JEL:** H83

### Introdução

A Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul foi palco de diversos movimentos reivindicatórios gerados por grupos componentes de sua burocracia ao longo dos anos 80 e 90 do século XX. O elenco de temas, que esteve em pauta, teve um conteúdo diversificado e foi encaminhado de dois modos: a partir de instituições formais de representação de interesses do grupo e por ações isoladas de funcionários, como lideranças *ad hoc*. Os pontos reivindicados pelos diferentes grupos colocavam em cheque as diferenciações entre eles e as concepções de cada um dos mesmos, particularmente no tocante às fronteiras de atuação delineadas, gerando uma tensão no interior dessa burocracia. Além desse ponto de disputa, obviamente, a questão remuneratória ocupou boa parte da atenção desses atores.

Para tentar iluminar esses acontecimentos intraburocráticos, elaboraram-se, em uma primeira etapa, dois artigos (Textos para Discussão FEE n<sup>os</sup> 54 e 55) nos quais se buscou analisar algumas características sociais (origem social, vinculações políticas, qualidade do capital escolar, dentre outros

---

\* Agradeço as críticas e sugestões dos colegas Calino Pacheco Filho, Ilaine Zimmermann, Gabriele dos Anjos, Carlos Winckler e, em especial, Walter Arno Pichler, com quem discuti com mais proximidade. [jvieira@fee.tche.br](mailto:jvieira@fee.tche.br).

pontos) de um grupo de funcionários fazendários. Em suma, houve um empenho analítico inicial voltado para os atores, dada a importância destes no cenário onde ocorrem os jogos de interesse. No Texto para Discussão nº 54 (*Os atributos sociais dos funcionários da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul*) constatou-se, entre outros pontos, a existência, no grupo de funcionários pesquisa, de uma significativa presença de vinculações partidárias. Ou seja, os fazendários gaúchos ostentam posições no campo político, em posições subalternas (assessoria parlamentar), em posições de mando na alta hierarquia do Estado (secretaria de Estado, por exemplo), bem como, adotando uma lógica eleitoral, nos níveis municipal, regional e federal. Já o Texto para Discussão nº 55 (*Mediação de interesses e concepções na Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul*) identificou uma diversidade de posicionamento, relativa aos temas de responsabilidade dessa secretaria, o que sinaliza para uma dificuldade na construção de uma agenda consensual, visto que os fazendários gaúchos têm a capacidade de se disporem em diferentes arranjos.<sup>1</sup>

Em uma nova etapa da investigação, voltou-se atenção para as entidades que representam, nas ações de interesse, os distintos grupos formadores da burocracia fazendária do Governo Estado do Rio Grande do Sul, que são em número de três. Para cada um dos três grupos de funcionários elaborou-se um artigo voltado a analisar o trabalho que a liderança executa nas entidades de representação, e, para tal, fez-se o seguinte recorte nas informações empíricas: os *recursos materiais* mobilizados, a *agenda* dos temas de interesse desenvolvidos e as *estratégias* empregadas nas ações. Para dar conta do conteúdo dos pontos escolhidos, tem-se como fonte empírica principal os boletins informativos das entidades; contribui também para isso um conjunto de entrevistas gravadas, realizadas a partir de perguntas semiestruturadas, e que foram numeradas, após a transcrição, bem como as informações da página da *internet* e de atas de reuniões das entidades. Para situar cronologicamente o leitor, elaborou-se uma planilha, que está em anexo, com os principais eventos relatados no artigo.

Neste novo trabalho, que se soma aos dois textos já disponibilizados na página da FEE, o alvo da investigação está voltado para duas entidades, ambas dedicadas a trabalharem, com estratégias distintas, os interesses dos fiscais: a Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais (Afisvec) e o Sindicato dos Servidores da Carreira de Nível Superior do Grupo Tributação Arrecadação e Fiscalização do RS (Sintaf). Cabe destacar que a primeira, apesar de aparentemente recreativa, e como será demonstrado ao longo da argumentação, executa, com uma estratégia própria, também uma atividade sindical.

A hipótese que move a investigação diz respeito a uma incongruência entre o que emana do alto comando da administração da Secretaria da Fazenda e os interesses da burocracia que são mediados pelas entidades de representação. Em consequência disso, há uma dificuldade de produzir

---

<sup>1</sup> A base de dados principal, para esses dois textos, é produto da aplicação de um questionário em um conjunto de 108 fazendários, sendo 35 diretores de entidades de representação e 73 associados; do contingente total 33 são mulheres e 75 são homens. O instrumento de coleta foi aplicado no período de maio de 2006 a abril de 2007. Compôs, do mesmo modo, a base empírica um conjunto de 37 entrevistas gravadas, realizadas a partir de perguntas semiestruturadas, com atores importantes dessa secretaria - como secretários, diretores, ou, ainda, antigas lideranças - e conduzidas no mesmo período de aplicação dos questionários.

um consenso (e/ou obediência) entre o que deve ser executado na gestão administrativa da Secretaria da Fazenda e os interesses dos burocratas, conseqüência de um desequilíbrio de poder entre uma parte e outra. O poder é aqui entendido como a capacidade de um agente de impor a sua vontade perante outrem, como formulou, classicamente, Weber.

Para orientar a análise, usou-se o formulado por Offerlé (1998), especialmente para trabalhar o modo como, no interior do grupo de interesse, são criados o repertório das ações, as estratégias empregadas e os recursos mobilizados. Friedberg (1995) contribui na análise, ao sugerir que, em um contexto de disputa entre os agentes componentes de uma instituição formal, um quadro concorrencial não é uma anomalia, tampouco uma patologia, mas decorre do fato de que toda organização opera como um universo de permuta e conflito. Além disso, conforme Birnbaum (2003), o conflito tem a função de delimitar as fronteiras entre os grupos, na perspectiva de estabelecer e manter a identidade desses. Por último, apropria-se de Schneider (1994) a concepção de circulação, ou rotatividade burocrática, como sendo a capacidade que alguns agentes da burocracia possuem para transitar nas instâncias administrativas do Estado, ocupando postos em distintas hierarquias.

### **As entidades e os recursos mobilizados**

Para delinear os movimentos reivindicativos dos fiscais em toda a sua extensão torna-se necessário situá-los no contexto das atividades da Secretaria da Fazenda. Adotou-se essa perspectiva, tendo em vista que se trabalhou com a referência de que a estrutura administrativo/hierárquica, na qual estão posicionados os grupos em questão, é um condicionante relevante no modo de ação da burocracia fazendária gaúcha. Os fiscais estão, no presente momento, atuando na Administração Tributária, ou seja, em toda a cadeia de atividades, que, partindo da elaboração da legislação, chega até o controle do montante arrecadado ao Estado, obviamente incluindo, nesse elenco, o ato de fiscalizar o contribuinte. Essa área administrativa é denominada, no organograma da Fazenda, Departamento Estadual da Receita Pública. É uma área homogênea que, no jargão interno, compõe o tripé tributação, arrecadação e fiscalização (TAF), que legitima a fronteira de atuação de uma das entidades de representação. Essa homogeneidade foi uma conquista recente, dado que uma das três pontas, mais precisamente o controle da arrecadação, não estava na área de abrangência dos fiscais, mas na alçada de um grupo concorrente. No passado, essa era uma atividade dos exatores, que foi herdada pelos auditores. Todavia, quando ocorreu a junção das funções do fiscal com as do auditor, todas as atividades do grupo TAF ficaram sob a égide do primeiro, o que representou uma perda para o segundo.

O grupo dos fiscais, como já foi apresentado inicialmente, carrega suas demandas de interesses mediante a ação de duas entidades, uma aparentemente recreativa e outra especificamente sindical. A primeira foi criada em 10 de janeiro de 1952, com a denominação de Associação dos Funcionários da Fiscalização do Imposto Sobre Vendas e Consignações, resultando

na sigla AFFISVEC.<sup>2</sup> O grupo fundador dessa entidade era composto, em sua maior parte, por atores selecionados ainda nos anos da década de 40, quando a Secretaria da Fazenda esteve sob o comando de Oscar Carneiro da Fontoura.<sup>3</sup> Esse conjunto perfazia um total de 129 funcionários, e, conforme um entrevistado, "no máximo" dois deles possuíam formação universitária.<sup>4</sup> Portanto, compunham um grupo com capital escolar baixo, se comparados com os padrões atuais, mas compatível com o contexto da época. Em outra entrevista, um fiscal que ingressou no final da década de 50 afirmou que esse primeiro grupo de fiscais compensava uma escassa formação técnica com "uma grande garra", nas atividades de fiscalização.

O material empírico analisado sugere que, inicialmente, as atividades da Afisvec foram predominantemente recreativas. Esse caráter lúdico decorria, conforme as entrevistas, das boas condições remuneratórias existentes naquele momento. Em uma obra laudatória dos 50 anos de fundação, tal constatação fica mais evidente, tendo em vista que o grupo fundador teria se inspirado "[...] na união e no conagraçamento entre companheiros de trabalho e, sobretudo, na convivência fraterna de amigos" (50 anos Afisvec, 2002, p.37).

O primeiro presidente da Associação foi Carlos de Los Santos. Ele ingressou na Fazenda, como Fiscal, em julho de 1940, e retirou-se em dezembro de 1970. Além de, na primeira e na segunda gestão, também presidir a Afisvec de 1964 a 1966. Além disso, ocupou o cargo máximo então ao alcance dos funcionários fazendários, ou seja, foi Diretor-Geral do Tesouro, de 1967 a 1970. Dessa forma, comandou a entidade nos momentos iniciais de implantação do regime militar e no momento seguinte deslocou-se para um posto de comando na Secretaria da Fazenda. Ao aposentar-se, era Inspetor do Imposto de Circulação de Mercadoria (ICM). Segundo um entrevistado, ele liderava uma "família" de fiscais, compondo uma rede dentro da Secretaria. No campo político, teria sido tesoureiro da Aliança Renovadora Nacional (Arena).<sup>5</sup> Outro ator que assumiu a presidência da Afisvec em diversas oportunidades foi Antero do Amaral Simões, mais precisamente em 1960, 1961, 1963, 1966 e 1967 e entre os anos 1970 a 1975. Em livro comemorativo dos 50 anos da Afisvec, este último é

---

<sup>2</sup> Como, no momento da pesquisa, a sigla da associação foi reduzida, na comparação com a da fundação, adotou-se a atual, qual seja, Afisvec.

<sup>3</sup> Oscar Carneiro da Fontoura foi nomeado Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, inicialmente, na interventoria do General Daltro Filho, em 1937, e deixou esse posto em 1947, no governo de Walter Jobim, durante o qual comandou a Secretaria de Interior e Justiça. Retornou à Secretaria da Fazenda, no governo de Ernesto Dornelles, no período de 1951 a 1955. Ele descendia de uma tradicional família de Dom Pedrito, dedicada à pecuária; graduou-se em medicina, presidiu a Federação da Agricultura do RS – Farsul, bem como foi Diretor da Caixa Econômica Federal e da Estadual. Na dimensão eleitoral, foi deputado federal no período de junho de 1935 a junho de 1936, esteve na Constituinte Estadual, em 1947, com a segunda maior votação, assim como foi prefeito de Dom Pedrito e ainda líder partidário do Partido Social Democrático (PSD). Coube a ele a montagem da equipe inicial que resultou no atual grupo de fiscais da Secretaria.

<sup>4</sup> Embora tendo posse da listagem dos fundadores da Afisvec, não foi possível identificar os atores que ostentavam essa formação.

<sup>5</sup> A outra rede, ou "família", seria liderada por Assis Anhaia de Souza. O termo família, empregado pelo entrevistado, deve ser assumido no sentido de um subgrupo que possuía uma liderança expressiva de um ator com práticas catalizadoras.

definido como “homem-classe” e “exponente da velha guarda”. Ele ingressou na Fazenda como fiscal em setembro de 1941 e aposentou-se em agosto de 1976.<sup>6</sup>

A reforma tributária de 1967, ao substituir o Imposto de Vendas e Consignações (IVC) pelo ICM, provocou um reposicionamento da entidade. O primeiro movimento foi retirar da denominação o nome do imposto então vigente, mas mantendo a sigla, com a supressão de uma letra, permanecendo, até os dias atuais, como Afisvec, visto que a marca do nome já estava consolidada. O segundo, e mais importante, resultou da proibição do então Novo Código Tributário Nacional de atrelar a receita tributária aos vencimentos dos burocratas nela envolvidos, colapsando a “remuneração condigna”. A medida restritiva fez com que a entidade passasse a atuar para além do ângulo recreativo, envolvendo-se nos processos de reivindicação material do grupo. Esse novo ângulo de atuação foi conduzido em plena ditadura militar, o que não impediu a liderança de encetar reivindicações, ainda que em movimentos contidos, adequados ao momento político. Na atualidade, a Afisvec faz ações reivindicativas de modo silencioso, mas com a liderança enfatizando, explicitamente, a dimensão recreativa.<sup>7</sup>

A afirmação do caráter reivindicativo das ações da Afisvec, sobrepondo o estilo recreativo, embora este último não tenha sido deixado de lado, deu-se na gestão de Emílio Rodrigues, que foi presidente de 1976 a 1979. Filho de um ferroviário, nascido em Porto Alegre, economista formado pela PUCRS, ingressou na Fazenda como fiscal, em 1960. Na Secretaria foi “assistente” do Coordenador da Fiscalização do Trânsito. No transcurso da atuação como fiscal, em Soledade, no período anterior ao regime militar, foi candidato a prefeito dessa cidade pelo PTB, mas não foi eleito. Após a passagem pela Afisvec, foi eleito presidente de uma federação das entidades estaduais dos fiscais denominada de Fenafisco.

A Afisvec, do ponto de vista material, é uma entidade com muitos recursos, possuindo praticamente um andar inteiro num tradicional prédio comercial em frente ao Paço municipal de Porto Alegre. A sede, nesse local, possui amplos meios de infraestrutura para apoio administrativo, com diversas salas, e um pequeno auditório.<sup>8</sup> Há ainda uma “sede social” em bairro da zona sul da Capital gaúcha, situada em um terreno doado pelo Governo do Estado.<sup>9</sup> Na sede social foram realizadas diversas benfeitorias, como um ginásio de esportes, a sede da gráfica da Afisvec e dois salões de festas. Merece destaque a existência de um “galpão crioulo”, denominado de CTG Querência do Quero-Quero, que foi erigido “pelos próprios associados em regime de mutirão”. A sede social é um espaço físico enaltecido pelas condições que oferece, especialmente para eventos festivos, seja

---

<sup>6</sup> Não foi possível reconstituir as carreiras de Santos e Simões, pois, na Secretaria, consta, nos registros, tão somente a data de ingresso e a posição no momento da inativação.

<sup>7</sup> A alínea 1<sup>a</sup> do artigo 5<sup>o</sup> do Estatuto da Afisvec não deixa dúvida do conteúdo sindical da entidade ao expressar o seguinte objetivo: “I – representar e defender os interesses, inclusive judicialmente, da categoria que congrega”. ([www.afisvec.org.br](http://www.afisvec.org.br))

<sup>8</sup> “Para orgulho de todos, atualmente nossa sede conta com instalações e comodidades modernas, capazes de ombrear com as das mais bem aparelhadas empresas” (Machado, 2002, p.51).

<sup>9</sup> “[...] o Governador de então, Coronel Walter Perachi de Barcellos, sabedor da sobriedade da Afisvec, foi sensível à sugestão recebida no sentido de doá-la. Com aprovação da Assembléia Legislativa, pela Lei nº 5.880, de 15/12/1969, por escritura pública, em 05/05/1970 a propriedade foi-nos transmitida, com cláusula de reversão, caso venha a ocorrer desvio de uso” (Machado, 2002, p.52).

circunscrito aos componentes do grupo no espaço familiar de cada associado (aniversário, casamento, etc.) seja no conjunto do grupo de fiscais, por permitir “[...] unir e congregar a Família Afisvequeana” (Machado, 2002, p.103).

Os eventos coletivos do grupo, nesse espaço dito social, são variados, alguns de cunho esportivo, outros gastronômicos com recortes étnicos. Três desses encontros são citados: a *Festa dos Alemães*, a *Festa dos Italianos* e a *Festa dos Portugueses*. Dessas três a que tem maior destaque é a germânica, que surgiu em 1977 como uma espécie de *Oktoberfest*. Esse festejo representa um “[...] misto de espetáculo cívico, cultural e, sobretudo, de integração e lazer entre irmãos de mesma fé e esperança” (Machado, 2002, p.111). O evento “social” mais significativo, e definido como “eminentemente esportivo”, é um encontro anual, realizado no mês de novembro, denominado Fiscalíades. Nas Fiscalíades, várias modalidades esportivas são praticadas, mas, acima de tudo, é um momento de encontro de companheiros de todas as partes do Estado, no qual “predomina” o “espírito desportivo” e a “confraternização”. Nem todos participam das atividades esportivas, porém “[...] vêm no evento a possibilidade de reencontrar velhos amigos de antigas jornadas” (Machado, 2002, p.107).

Transparece, com muita clareza, que a sede recreativa é expressão de um conteúdo muito mais denso do que, singelamente, um espaço unicamente de lazer ou, na linguagem do grupo, “social”. Trata-se de solidificação de uma socialização secundária, construída a partir do espaço de trabalho, em que companheiros revalidam alianças, transferem experiências, elaboram estratégias, fortalecendo a unidade do grupo e/ou sua identidade.

Além de ser uma entidade de representação de interesse, embora realizando um esforço de se apresentar como recreativa, a Afisvec logrou montar uma estratégia de dominar a difusão do conhecimento tributário, especialmente na temática do imposto estadual, o ICM. Para isso, passou a editar os regulamentos relativos à temática tributária estadual, denominando esse conjunto de “*Manuais Afisvec*”, os quais acompanham as modificações na legislação tributária e são uma importante ferramenta tanto para o fiscal, na ação rotineira de fiscalizar, como para os profissionais ligados às empresas. Eles afirmaram-se como fonte de consulta, sob o controle da Afisvec, a partir de um vazio de ação do Estado, que simplesmente editava as normas no Diário Oficial, mas não as compilava e nem as estruturava num único documento. O domínio dessa ferramenta de trabalho trouxe duas conseqüências importantes para a entidade, e, por conseguinte, para o grupo: a primeira resultou na transformação da Associação em fonte privilegiada da temática tributária, o que tem legitimado um discurso técnico; a segunda, e não menos importante, provocou a formação de uma importante fonte de renda para a mesma, mediante a venda do manual, financiador das ações de representação.

Alcançado o domínio na difusão da temática tributária, o passo seguinte derivou para a formação um centro irradiador desse conhecimento, isto é, a “*Escola Afisvec*”. Constituir a escola representava “um sonho acalentado pelo grupo do fisco gaúcho”, que se poderia transformar em uma “realidade promissora”. O discurso de difusão da escola, de alguma forma, contém uma auto imagem do grupo. Nesse sentido, a escola consolidaria o grupo como “[...] um novo pólo disseminador de conhecimento e aperfeiçoamento e difusão da matéria tributária, em suas diversas conotações”



(Machado, 2002, p.71). Afora expandir o domínio do conhecimento tributário, a escola provocaria uma externalidade positiva na direção de produzir um “[...] efeito indutor de um mais ameno relacionamento fisco/contribuinte, que advirá dessa louvável iniciativa” (Machado, 2002, p.71).

Não poderia faltar, nesse elenco formador e divulgador do conhecimento tributário, um veículo mais tradicional de propagação de idéias, mais precisamente uma revista. A Afisvec edita a “*Realidade Fiscal*”, definida como “órgão de divulgação técnica”. É um veículo de difusão, com uma tiragem de 1.000 exemplares, para um público selecionado como “[...] parlamentares, integrantes do Executivo e Ministério Público, aos órgãos do Judiciário, às entidades empresariais e civis, ao meio acadêmico e à Imprensa” (Machado, 2002, p.79). A qualidade gráfica da Revista merece ser destacada, pois é confeccionada em “[...] papel *couchê* de alta gramatura e fina qualidade, em cores, e de primorosa impressão”<sup>10</sup> (Machado, 2002, p.79).

Apesar de essa revista ter sido criada em 1994, foram editados apenas nove números, expressando uma circulação errática, na medida em que teve longos períodos de inatividade. O lapso de tempo existente entre as edições de números 5 e 6 (outubro de 1996 a janeiro de 2000), mais adiante, entre o 7 e o 8 (outubro de 2001 e fevereiro de 2006), muito possivelmente, é decorrente da derrota em torno da disputa com o grupo dos auditores, que resultou na unificação das carreiras, o que deve ter provocado uma paralisia nos porta-vozes e no conjunto dos associados, resultando em dificuldades para montar uma nova estratégia de ação, impactando, dentre outros aspectos, a circulação da revista. A nova situação provocou uma modificação expressiva nesse veículo, em comparação com a proposta original, com o conseqüente deslocamento da idéia da centralidade do debate “técnicas” da temática tributária para uma ênfase da defesa dos interesses da base da Afisvec.

A outra entidade que representa os fiscais é o Sintaf, cuja prática é explicitamente sindical. Foi criado logo após a Constituinte de 1988, mais precisamente em 19 de dezembro de 1988, como produto de um movimento defensivo que tinha como objetivo mais direto, inicialmente, ocupar um espaço no jogo concorrencial.<sup>11</sup> Nesse período, já haviam ocorrido inúmeros embates internos dentro da Secretaria da Fazenda, sendo que um deles resultou na emergência da carreira de auditor fiscal

---

<sup>10</sup> A Afisvec também editou uma revista denominada “*Boletim de Vista*”, mas optou por deixar de produzi-la, diante das novas alternativas de comunicação advindas com a *internet*, por ter custos mais baixos e maior agilidade.

<sup>11</sup> Entrevista n° 30: “A origem do sindicato decorreu da nova Constituição de 1988, que deu um esboço da organização sindical do Brasil, que até então era amparada pela legislação trabalhista, a CLT. Ocorre que a Constituição de 88 propiciou a organização sindical do funcionário público; aí veio a coisa nova, e também com aquela preocupação e originado da histórica divisão que existia na Fazenda entre os auditores fiscais e exatores que pertenciam a um quadro e a fiscalização a outro, havia uma rivalidade muito grande, inclusive diferenças salariais [entre as carreiras], e essa disputa era acirrada, teve até agressões físicas, o clima não era muito, aliás, totalmente prejudicial ao trabalho. As atividades de afins, o fiscalizador e o cobrador, têm uma tênue divisão nas atividades ligadas e havia essa divergência muito grande, uma disputa, e com a possibilidade de o funcionário público ser sindicalizado, os fiscais se agilizaram a criar o seu sindicato, porque, naquela época, a legislação era assim, era a base territorial municipal. Quem fundasse o seu sindicato ficava com uma reserva, fechava a porteira para outros fundarem, e o medo era de que o pessoal da área fazendária criasse o seu sindicato abrangendo os fiscais, e nós ficaríamos subordinados a eles, que são numericamente maiores. E nós, naquela ansiedade de cair sob o domínio deles, fomos a Brasília, e isso coube a mim, fizemos um processo rápido e tivemos a nossa casa sindical”.

com a extinção daquela de exator, conforme apontou-se inicialmente.<sup>12</sup> Um grupo de fiscais, temerosos dos avanços do grupo dos auditores, resolveu criar uma entidade sindical que ficaria "à sombra" da Afisvec, então a entidade símbolo dessa carreira, que, como já foi mostrado, era possuidora de grande infraestrutura física. Na criação da nova entidade, esteve à frente um fiscal que, oriundo do setor privado, possuía experiência na área sindical e conhecimento da legislação necessária para tal. Nos primeiros sete anos da existência do Sindicato dos Fiscais de Tributos Estaduais do RS (Sinfisters), denominação inicial da representação sindical, esta esteve sob o patrocínio da Afisvec, que fornecia toda a infraestrutura necessária para sua atuação. Ou seja, a entidade sindical não possuía sede própria e tampouco um quadro funcional, mas apenas um conjunto de diretores. No limite, poder-se-ia definir a entidade sindical como um apêndice da entidade mãe, que era a Afisvec. De 1988 a 1994, foi presidido pelo fiscal Décio José Bazanela,<sup>13</sup> o criador da entidade, e de 1994 a 1996, pelo fiscal Vicente Buzzatti. Contudo, conforme um entrevistado, a constituição de um sindicato para representar os fiscais foi alvo de acirradas discussões. Estavam em jogo, no debate, argumentos contrários à adoção da via sindical, como forma de ação para o grupo. O primeiro relativo ao fato de o fiscal realizar uma "atividade de Estado", semelhante ao Poder Judiciário, indelegável, o que não se coadunaria com a prática sindical. Além disso, a idéia de que o sindicato "[...] soava meio que mal [...] era uma palavra que não soava bem ao ouvido de muita gente".<sup>14</sup> Ou seja, havia uma ligação direta da atividade sindical como um passo para "greves, bateção de latas", e o grupo tinha dificuldade para aceitar esse caminho. O segundo estava relacionado à dificuldade de transformar a Afisvec em entidade sindical, em função da presença de um "razoável patrimônio". A legislação sindical da época, que está superada no presente momento, admitia a possibilidade de intervenção estatal, podendo colocar em risco o patrimônio formado. Assim, em função dessas discussões, e com o acirramento das divergências, decidiu-se por "uma entidade à parte", discutida e aprovada em assembléia geral do grupo. A reunificação das duas entidades, conforme se ouviu nas entrevistas com os fiscais, tem um movimento pendular, em que ora ressurge, ora se afasta. O elemento motivador da reunificação estaria assentado no "elevado custo" de manutenção de duas entidades, ainda que o grupo tenha boa remuneração.

Tomada a decisão de constituir o sindicato, coube à Afisvec fornecer o apoio logístico, já que o mesmo não tinha uma sede, tampouco funcionários, entre 1988 e 1996. No início de 1997, ocorreu uma divisão no modo de agir das duas entidades. Naquele momento, havia uma intensa disputa

---

<sup>12</sup> Os anos 80 também foram pródigos na produção de movimentos reivindicativos no setor público, na medida em que o processo inflacionário da época provocou grande movimentação, e os fazendários gaúchos não ficaram alheios a esse processo. Além das questões específicas e internas à Secretaria da Fazenda, havia essa luta que perpassava o conjunto dos assalariados. Em Almeida (1996), tem-se uma visão geral dessa década, com ênfase na afirmação do sindicalismo do setor: "[...] a participação dos empregados do setor público na atividade grevista foi significativa. Eles foram responsáveis por 31,2% das paralisações efetuadas e por 73,6% das jornadas perdidas no ano [1985]" (Almeida 1996, p.71). Já em Almeida (1995), encontra-se uma visão mais geral do movimento sindical brasileiro nos anos 80, e do modo como se inserem os funcionários públicos nesse processo.

<sup>13</sup> Bazanela. Formado em economia pela Universidade de Passo Fundo, cursou Direito na Faculdade Ritter dos Reis, quando já era funcionário da Fazenda, e ocupou o cargo de Coordenador da Central de Atendimento ao Contribuinte (CAC). Antes de ser fiscal foi auditor da Varig em São Paulo. É natural de Getúlio Vargas (RGS) e filho de agricultores.

<sup>14</sup> Entrevista nº 30.

interna na Fazenda, conseqüência da unificação das carreiras de fiscal e auditor, o que impôs uma redefinição de papéis. O contexto conturbado na Secretaria da Fazenda, de alguma forma, refletiu-se, também, em disputas na própria Afisvec, e três grupos disputaram o comando. Um deles, alijado na disputa da entidade mãe, foi incentivado pelos demais participantes a reposicionar o sindicato.

Os novos atores que assumiram o comando da entidade sindical providenciaram, com autorização do conjunto dos fiscais, infraestrutura física, separando-se da Afisvec, efetuando a troca do nome, desde então, para a sigla atual, Sintaf,<sup>15</sup> e criando um veículo de contato com os associados, que é o informativo “*Fato Gerador*”. Cabe destacar que a troca de nome, de uma parte, visou adequar a sigla ao modo como as demais entidades estaduais já denominavam suas entidades, quer dizer, foi um processo de homogeneização. De outra, teve a concepção de deslocar a entidade de um posicionamento mais restrito, e de representar uma carreira, para outra mais ampla, liderar os componentes de uma função da Fazenda, qual seja, os funcionários de nível superior envolvidos nas atividades de tributação, arrecadação e fiscalização. Essa transposição deve ser percebida como significativo, pois significou definir, claramente, uma base de atuação em que ficam amarradas as três pontas relevantes da cadeia de extração de recursos da atividade econômica. Tal redefinição de espaço significou, de outro modo, o isolamento do grupo concorrente – os auditores fiscais – naquelas atividades ligadas a gerenciamento da despesa, elaboração/acompanhamento da “peça orçamentária” e atividades de auditoria e controle.

Dois atores tiveram importante atuação nesse processo de transformação do Sintaf: Carlos Alberto Agostini e Deoni Pellizzari, ambos com trajetória no campo político. O primeiro foi candidato a deputado estadual, não eleito, pelo Partido Socialista Brasileiro. Graduou-se em Ciências Contábeis, mestre em Administração de Empresas na UFRGS e filho de agricultores. Pellizzari foi filiado ao Partido dos Trabalhadores, candidato não eleito à Prefeitura de Nova Bassano e a deputado estadual; era bancário do Banco Brasil, onde foi delegado sindical, graduado em Administração de Empresas e Direito, filho de agricultores. Na Secretaria da Fazenda, Pellizzari foi assessor no Gabinete do Secretário, Diretor da Receita Pública Estadual e Julgador do Tribunal de Apelação de Recursos Fiscais. Quando esteve atuando na cidade de Guaporé, como fiscal, foi professor de uma escola de ensino médio, e escreveu um livro sobre a temática da corrupção.<sup>16</sup>

Torna-se lícito admitir que um novo comando, com experiência em militância política e sindical, tenha jogado papel central no redirecionamento da atividade explicitamente reivindicativa dos fiscais. O elemento deflagrador, contudo, nesse processo, foi a edição da lei de unificação das carreiras. Essa legislação gerou, na ótica do grupo, a necessidade de defender “direitos”, com uma metodologia nova, em terreno aberto/visível. Então, “[...] movidos pelo desejo de denunciar à população uma política de fachada, os fiscais decidiram mudar” (*Fato Gerador*, Nº.5, maio 1997, p.2). Essa mudança reposicionou os encargos das entidades dos fiscais, a Afisvec e o Sindaf. Para o sindicato, ficava o papel da “[...] defesa corporativa dos Fiscais da Fazenda”, portanto com ações mais

---

<sup>15</sup> A sigla inicial era Sinfisters, só para lembrar.

<sup>16</sup> O livro de Pellizzari recebeu o título de *A Grande Farsa da Sonegação e a Tributação* e foi publicado pela Editora Vozes (1990).

agressivas. Para a Afisvec, coube a "[...] manutenção de todas as outras atividades de apoio à categoria". Essa divisão de tarefas na perspectiva de uma "responsabilidade de defender a classe", impulsionou o Sintaf a montar uma sede, estruturá-la de modo adequado, contratar assessorias jurídica e de imprensa, assim como estabelecer uma rotina para atendimento das "necessidades dos sindicalizados".

### **A agenda de interesse**

Buscou-se identificar a agenda de interesse do grupo dos fiscais, a partir do exame de dois veículos de difusão, a revista *Realidade Fiscal* e o informativo *Fato Gerador*, além de entrevistas gravadas. Como foi apontado anteriormente, a revista é editada pela Afisvec e o informativo pelo Sintaf. Ambos fornecem sólidas indicações de que a agenda de interesse material do grupo tem como tema dominante, e fácil de ser identificado, a (re)constituição de uma carreira especializada exclusiva para a área da receita tributária estadual. Dito de outro modo, o objetivo seria fortalecer o tripé tributação, arrecadação, fiscalização, mediante a formação de uma carreira exclusiva, apartada dos demais fazendários e com encargos administrativos únicos, privativos e indelegáveis. Trata-se de uma luta por uma redefinição de fronteiras de atuação, visto que, na condição atual, há uma zona de indefinição com um grupo concorrente. Para lograr conquistar esse objetivo, há uma variação na argumentação de um patamar mais modesto, como o fortalecimento do Departamento da Receita, até propostas mais ousadas, como a criação de uma Secretaria Estadual da Receita, que, obviamente, seria composta, exclusivamente, na alçada de ação dos burocratas que atuam no TAF. O argumento principal assenta-se na idéia de que somente uma "autonomia real" criaria as condições para a "atuação profissional", que, no passo seguinte, tornaria a estrutura administrativa mais ágil na captação de recursos. Além do mais, essa profissionalização, ou administração tributária moderna, seria o caminho ideal para combater a sonegação fiscal, o que já estaria sendo discutido em outros estados brasileiros, bem como ficaria em consonância com o que está implantado em outros países.

A temática tributária, particularmente no ângulo de uma possibilidade de reforma, como a carreira exclusiva, é uma recorrência, embora uma variável em que o grupo não tem grande margem de ação, na medida em que a arena de discussão é nacional, e não regional, e é, portanto, muito mais complexa e com atores de maior densidade para intervenção. Nessa medida, não é um tema a ser considerado como compondo a agenda, mas um elemento fundante na ação discursiva, na perspectiva de preservar uma conquista. Com isso, admite-se que a instituição de um modelo tributário mais simplificado, uma exigência do segmento empresarial, e controlado no nível federal, no tocante à regulamentação e a possíveis modificações, coloca em risco uma estrutura montada ao longo de anos. Os manuais e a escola, como apontou-se anteriormente, são pontos estruturantes para a Afisvec, bem como são símbolos do domínio técnico que o grupo exerce, legitimador de uma postura de diferenciação perante os demais atores.

No tocante à remuneração, os fiscais enfrentaram um largo período em que o salário básico não foi majorado, no entanto, a temática remuneratória não aparece, de modo constante e exaustivo, no material examinado, bem como não apresentou um volume expressivo de ações (assembléias,

manifestações, paralisações, etc.) nesse sentido. Portanto, depreende-se que é um tema de interesse subsumido no conjunto da agenda, mas isso não significa que não tenha recebido atenção. A relevância, e premência, da reconstituição da carreira exclusiva na Receita, muito possivelmente, relegou ao segundo plano a luta salarial. Além disso, pode ter jogado papel importante a centralidade da primeira questão, em detrimento da segunda, face às boas condições de remuneração que o grupo de fiscais possui, na comparação com os demais funcionários do Estado gaúcho. Diante desse quadro, não seria adequado conjugar ambas as reivindicações, com o risco de desconstituição da luta pela carreira exclusiva, sem sombra de dúvida, a mais relevante na perspectiva do grupo e da liderança.

### **As estratégias das ações**

O elenco de possibilidades de ações dos fiscais, na atualidade, é diversificado, não existindo um caminho único que possa ser percorrido. O repertório varia de ações mais fortes, como o movimento grevista, ou a intervenção na mídia, que ocorrem em momentos de ruptura e ficam a cargo do Sindaf,<sup>17</sup> a outras menos abertas, ou silenciosas, como aquelas aproximadas do *lobby*, sob a orientação da Afisvec. O material empírico trabalhado, especialmente os boletins informativos, bem como as entrevistas realizadas, permitem apontar tal divisão do trabalho de representação. Todavia, em se adotando um único caminho para capturar o quadro de atividades voltado à defesa dos interesses nesta investigação, o movimento do tipo lobista, ao privilegiar os movimentos de gabinetes, no Executivo Estadual e no Parlamento, seria o mais freqüente.<sup>18</sup> Essa estratégia dominante, muito possivelmente poderia ser decorrente do modo como se implementou a burocracia fazendária. Houve o recrutamento de um grupo de agentes que desde os primórdios, no final dos anos 40 e ao longo dos anos 50, recebeu a marca de ser diferenciado e que, mais adiante, nos anos 60, foi elevado à condição de possuidor de uma excelência técnica. Esse atributo de distinção gerou as condições para os seus componentes circularem na estrutura do Estado, ocupando postos relevantes em diversas unidades da administração estatal gaúcha, possibilitando a formação de canais de influência que poderiam ser utilizados quando necessário. Essa configuração procede do fato de que se está tratando de um grupo burocrático posicionado no cume da estrutura administrativa do Estado. Portanto, um conjunto de burocratas com baixa propensão para agir fora de um padrão mais contido, além dos gabinetes, atuando em ações silenciosas de pressão.

Dois razões contribuíram para essa configuração, além do fato de pertencerem à burocracia do topo do Estado. A primeira decorreria do modo como se efetivou a inserção da primeira geração de

---

<sup>17</sup> A ação ruidosa, que Offerlé denomina “escandalização” (*scandalisation*, no original), seria a tarefa do Sindaf, e ocorre quando determinados recursos estão esgotados e resta apenas propagar o tema de interesse ao julgamento dos demais atores sociais.

<sup>18</sup> Conforme Offerlé (1998 p.118), na ausência de alguns recursos como o número de componentes do grupo e em consideração ao *ethos* da base de apoio e dos dirigentes, certas associações são obrigadas (ou se obrigam) a operar em arenas mais discretas. Martins Rodrigues (2002 p.83-118), ao analisar a emergência do sindicalismo do setor público entende que a burocracia do Estado, como um “trabalhador do colarinho branco”, constituiu “organizações híbridas”, para defender seus interesses, especialmente em momentos inflacionários. Outra contribuição acerca da formação do sindicalismo na burocracia estatal brasileira está em Jácome Rodrigues (1999 p.51-94), especialmente no capítulo Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no Setor Público Brasileiro.

fiscais, definidora de parâmetros e práticas que demoraram a ser questionados. As ações administrativas de constituição do grupo dos fiscais foram realizadas sob condições delimitadoras, com um rígido controle hierárquico e com explícitos mecanismos de dissuasão, expressados em regulamentos. Poder-se-ia afirmar que foi formado, como grupo burocrático, para cumprir determinações sem questionamentos, o que era compatível com a conjuntura política da época, ou seja, nos anos 40 do século passado. A segunda resultaria das condições de remuneração então praticada, conectada à arrecadação, proporcionadora de elevados ganhos remuneratórios, o que não incentivaria ações reivindicativas, ao contrário, representaria um sólido mecanismo impeditivo. Esses elementos conjugados estabeleceram um modelo nos movimentos reivindicatórios que teve uma expressiva duração.

A adoção de uma postura convergente para os movimentos intramuros, na condução da defesa dos interesses materiais do grupo, teve os elementos adequados desde o nascedouro desse segmento da burocracia fazendária. O grupo inicial de fiscais recrutados, no final dos anos 40, possuía alguns componentes que tinham ligações com o campo político e essa conexão foi ampliada no decorrer da consolidação dessa burocracia, quando passaram a diferentes estratégias políticas, alguns na lógica eleitoral, outros assumindo postos relevantes na estrutura do Estado. Ou seja, em conjugação com a entidade de representação, ainda que esta inicialmente possa ter tido um sentido mais recreativo do que sindical, foram criados distintos caminhos para a drenagem dos interesses, com uma modelagem *ad hoc* de representação: existindo algum interesse em jogo, esses caminhos alternativos poderiam ser percorridos.

Um exemplo de possibilidade para o *by-pass* construída precocemente nas ações dos fiscais, poderia levar em conta duas atuações no campo político - Hugo Lagranha e Beno Burmann. O primeiro foi presidente da Afisvec na gestão de 1954, o que permitiria afirmar que era uma liderança importante para o grupo. Lagranha ingressou na Secretaria da Fazenda, como fiscal, em 1942, e se aposentou nesse posto em 1968. Era natural de Alegrete-RS e esteve no Colégio Militar de Porto Alegre, onde teve uma formação em "topografia de campanha". De 1939 a 1941, cursou contabilidade. Em 1955, foi eleito vice-prefeito de Canoas (coligação PSD/PRP/PL), tendo assumido o cargo de prefeito em várias oportunidades. Em 1960, esteve cedido à Assembléia Legislativa do Estado, para assessorar a Comissão de Desenvolvimento Econômico. Posteriormente, em 1963, tornou-se "assessor particular" do Governador Ildo Meneghetti, saindo no final desse ano para assumir a Prefeitura de Canoas, já que fora eleito em novembro do mesmo ano. Assumiu essa prefeitura em mais quatro oportunidades, duas como interventor, no período militar, e duas através de eleição, em 1988 e 1996. Ainda foi vereador em Canoas, pela Arena, de 1973 a 1977, e deputado federal pelo PTB, em 1994.

Já Burmann era natural de Santa Maria, tendo nascido em 21 de julho de 1925. Veio a residir em Ijuí, em 1939. Lá, trabalhou como contínuo na Associação Comercial e Industrial (ACI), formando-se contador em 1946. Em 1947, fundou o PTB da cidade, sendo eleito o primeiro vereador da juventude trabalhista. Em 1952, foi aprovado em concurso público para o cargo de fiscal do imposto

de vendas em consignações. Em 1959, foi eleito prefeito de Ijuí. Em 1962, assumiu como deputado estadual pelo PTB, tendo seus direitos políticos cassados com o advento da ditadura militar.

Ao longo dos anos 60, o trânsito dos fiscais intensificou-se, mediante a ocupação de postos hierárquicos no Estado, para além das fronteiras internas da Secretaria da Fazenda, na atuação junto à fiscalização tributária. Num primeiro momento, ocupando os cargos mais elevados na estrutura hierárquica do Estado, inicialmente na própria Secretária da Fazenda, posteriormente, em outras unidades do Executivo estadual. Dois exemplos ilustram esse movimento circulatório: Raimundo Guimarães, deslocado para atuar no Gabinete de Administração e Planejamento, e Assis Anhaia de Souza, Diretor-Geral da Secretaria de Segurança durante o segundo governo de Ildo Meneghetti. Enquanto o último pertenceu à geração inicial dos fiscais, a “velha guarda”, o primeiro sintetizava uma expressiva mudança qualitativa na composição do grupo. Guimarães fez parte de uma geração que, em sua maior parte, ingressou na Fazenda já ostentando formação universitária. O capital escolar mais elevado proporcionava condições de atuação de modo diferenciado, com distinção para lograr um domínio técnico, ocupar posições de relevo na própria Fazenda e transitar no Estado com força para desafiar o domínio então exercido pelos exatores.<sup>19</sup>

O quadro ficou mais nítido nos anos 70 e na primeira metade dos anos 80, quando os fiscais compunham a força que comandava, ou indicava a direção, isoladamente, da Secretaria da Fazenda, tendo em vista o esgotamento do grupo concorrente.<sup>20</sup> Nesse período, foi intensa a circulação de integrantes do grupo nas estruturas do Estado, com a ocupação de vários postos de relevo. Além disso, houve a afirmação no campo político, pela via eleitoral, de novos fiscais, inicialmente Rubi Diehl e, mais adiante, Éden Pedroso.

Conforme o obtido nas entrevistas realizadas, há um consenso, no grupo, de que a presença de representantes no campo político é uma base de apoio relevante para as ações de defesa de interesse. Tal postura se expressa na concessão de incentivos, por parte dos demais colegas, para aqueles que adotarem a via eleitoral, inclusive com apoio financeiro para a campanha. Em consequência, foi engendrada, ao longo da trajetória dos fiscais, uma estratégia de ocupação de espaços, formando elos para uma rede de apoio na defesa de seus interesses. Isso leva a concluir que a circulação dos fiscais nas estruturas do Estado gaúcho não é uma anomalia, ou patologia burocrática, mas uma deliberada e consistente estratégia do grupo. Contudo não seria crível admitir que esses integrantes, Lagranha e Burmann, tenham atuado como linha de frente, visto que, certamente, tornaram-se parlamentares com uma lógica eleitoral mais densa, para além do grupo de burocratas dos quais eram integrantes.

---

<sup>19</sup> Schneider (1994), ao trabalhar o conceito de circulação, constatou, na investigação que empreendeu, que apenas um quinto dos burocratas fazem carreiras em apenas um ou duas organizações. Embora não se tenha obtido dados mais amplos nesse sentido, é possível afirmar que, no caso dos fazendários gaúchos, tal marca não é a prática dominante, na medida em que há uma preferência dessa burocracia em fazer carreira na própria Secretaria da Fazenda. Schneider afirma ainda que uma alta circulação não é uma prática atípica em países em desenvolvimento, portanto, o caso em questão está dentro do padrão.

<sup>20</sup> Os fiscais tornaram-se a força hegemônica na Secretaria da Fazenda, na esteira de um longo processo de transformações administrativas, como centralização em Porto Alegre da confecção da folha de pagamentos dos funcionários estaduais gaúchos e cobrança bancária dos impostos, dentre outros, significando um esvaziamento das funções das exatorias, então composta por um grupo concorrente.

Em combinação com a ocupação de espaços na estrutura do Estado gaúcho, que possibilita ações silenciosas de defesa de interesse e legítima a qualidade técnica dos fiscais, os porta-vozes da liderança implementaram outra alternativa de afirmação do grupo, mediante a realização de seminários dedicados à discussão da temática tributária. Tais encontros têm diferentes formatos, inclusive com alcance nacional, produto das ligações com outras entidades estaduais. O elemento de sustentação para a realização desses colóquios seria o “aprimoramento pessoal e profissional”. O promotor mais freqüente desse tipo de atividade tem sido a Afisvec, por ser uma entidade consolidada e com um espaço de difusão técnica. Isso se somou à divisão do trabalho que outorgou ao Sintaf as ações mais agressivas, restando à Afisvec o ângulo mais contido e silencioso, como já foi apontado.

Os primeiros eventos foram organizados ainda nos anos 70, como o III Congresso Nacional de Administração do ICM, realizado em abril de 1977, e o III Seminário de Política e Administração Tributária, este em setembro/outubro de 1978. Embora tendo realizado esses eventos, e outros ao longo dos anos 80, o que é um indicativo de domínio de uma tecnologia, foi somente em 1999 que a Afisvec realizou algo semelhante voltado unicamente para a sua base de associados. Uma possibilidade de interpretação desse alcance mais delimitado, elidindo a dimensão nacional, está assentada na erosão simbólica que o grupo sofreu, particularmente na metade dos anos 90, quando houve a equalização dos salários e a unificação da carreira com os auditores. Diante de uma nova situação, não restou alternativa aos operadores da liderança senão buscar novos caminhos e rearticular forças, por isso a necessidade do debate com a base de sustentação da liderança.

O 3º Encontro do Fisco Estadual Gaúcho, realizado em abril de 1999, na cidade de Canela, demonstrou o empenho dos porta-vozes para expressar uma posição compatível com o passado do grupo. Nesse encontro, estiveram presentes o então Vice-Presidente da República, Marco Maciel, bem como o então Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Sérgio Zambiasi, e o então Secretário da Fazenda, Arno Augustin.<sup>21</sup> Além da confirmação de unidade do grupo, “baseada na solidariedade”, a questão central em debate nesse colóquio foi a criação de uma “carreira especializada” na Fazenda. O argumento aventado pela liderança para restabelecer tal carreira baseava-se na idéia de que

*“(...) vemos aí não apenas a nossa preservação profissional, mas principalmente o melhor caminho para o Estado buscar os recursos necessários à sua atividade ainda, adequar-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, instrumento este representativo de um anseio da sociedade em relação aos recursos públicos, cujos princípios esta categoria sempre defendeu”* (Boletim de Visita, p.3, nº 211, abr/2001).

A temática tributária também esteve nesse encontro, sendo que um dos resultados alcançados, como uma “diretriz”, está relacionado com, “principalmente”, a manutenção do ICMS no “âmbito estadual”. Esse posicionamento reforça o temor do grupo de mudanças no arcabouço tributário, mais especificamente, em um processo inclinado à simplificação na arrecadação de impostos, justamente a base do discurso dos empresários. Em sentido contrário, os porta-vozes dos

---

<sup>21</sup> Além dos citados estiveram presentes nesse encontro o deputado federal João Eduardo Dado (PMDB/SP) e os deputados estaduais Ronaldo Zülke (PT), Vieira da Cunha (PDT), Onyx Lorenzoni (PFL), Germano Bonow (PFL), Jair Foscarini (PMDB) e José Ivo Sartori (PMDB).



fiscais têm enfatizado uma defesa do *status quo* tributário, na medida em que lograram montar um amplo domínio operacional relativo à aplicação do ICMS.

O evento seguinte promovido pela Afisvec, o 4º Encontro do Fisco Estadual Gaúcho, foi dedicado, explicitamente, à busca de uma remobilização, tanto que o painel objetivava discutir o “futuro do fisco”, indagando quem são seus integrantes e o que estes gostariam de ser.<sup>22</sup> O conteúdo remobilizador do 4º Encontro transparece com mais força em uma palestra com conteúdo motivacional, em que os participantes “foram atingidos por completo” e alguns “saíram profundamente emocionados”. A alternativa remobilizadora, ainda que não explícita, já estivera presente no colóquio anterior, de nº 3, com a realização de uma palestra do navegador e aventureiro Amyr Klink, com “lotação esgotada do teatro”. O recurso do apelo motivacional, expresso por esse tipo de palestra, é indicativo do estágio defensivo do grupo, senão de paralisação, que tomou conta posteriormente às derrotas da equalização dos salários e da unificação das carreiras. Portanto, diante desse quadro, optaram os operadores da entidade por um balanço e por uma busca de caminho, visando acumular forças para novas situações. Além do que, segundo o obtido em entrevistas, perpassava o grupo uma postura de prostração, para alguns fiscais algo aproximado a um sentimento de humilhação, o que pode ter impulsionado a liderança no sentido de evitar um distanciamento entre as ações implementadas, na defesa dos interesses, com a base de sustentação, deslegitimando os porta-vozes.

Ainda que a promoção de seminários tenha sido delegada à Afisvec, conforme a divisão do trabalho de representação entre as entidades dos fiscais, isto não significou o completo afastamento do Sintaf desse tipo de ação. Mas tal atividade deveria estar dentro de uma ação restrita, qual seja, a defesa da “carreira exclusiva” para atuar na arrecadação. Para difundir as vantagens da “carreira exclusiva”, a direção do Sintaf organizou o Fórum da Receita Pública, em parceria com a Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), que esteve promovendo, em todo o País, eventos semelhantes. Ou seja, a reivindicação de uma carreira exclusiva para o segmento da burocracia envolvido no processo arrecadatário tinha uma dimensão nacional. O fórum gaúcho foi composto por vários seminários, realizados ao longo do ano, sendo prevista a participação de “lideranças, autoridades nacionais e colegas da Secretaria da Fazenda”. As intervenções desses oradores foram na direção de examinar questões sobre “receita pública” e “administração tributária”, visando definir caminhos para a “crise financeira do Estado”. O primeiro tema que foi debatido no seminário dizia respeito aos “modelos de administração tributária”, com relatos de experiências no Brasil e no exterior.<sup>23</sup> Depreende-se do exposto que a linha argumentativa partia da presença de um problema real, que é a escassez de recursos para o Estado. Para fazer frente a esse entrave tornava-se necessário buscar um novo modelo de gestão tributária, obviamente composto por uma carreira exclusiva.

---

<sup>22</sup> A questão apresentada era Futuro do Fisco: Quem Somos e Quem Queremos Ser? Os relatos desse evento estão desenvolvidos no *Boletim de Visita* de nº 218, abri/2002.

<sup>23</sup> Para maiores detalhes sobre o Fórum, ver *Fato Gerador*, nº 16, de jul/1999.

Deseja-se ressaltar que, se a promoção de seminários constitui-se em um momento privilegiado para exposição de um domínio de conhecimento, *savoir faire*, da temática tributária, é na divulgação de textos que isso fica mais forte. Assim, para dar vazão ao conhecimento dominado pelos integrantes do grupo, a Afisvec mantém a revista “*Realidade Fiscal*”. Deve-se apontar que esse veículo difusor foi lançado em meio à grande disputa com o grupo concorrente – os auditores – diante de uma iminente unificação de carreiras. Tendo como referência de fundo esse quadro, está-se admitindo que a Revista faz parte de uma estratégia de buscar a distinção do grupo dos fiscais, através da exposição de um domínio de capacidade técnica, como um capital acumulado ao longo de anos, e que poderia ser abalada com a incorporação de novos atores distanciados dessa trajetória. Mais do que expressar um acúmulo técnico, havia, também, uma abertura para os atores da estrutura social, na medida em que procuram expor o conhecimento acumulado. Ou seja, os porta-vozes assentados na Afisvec buscam difundir uma imagem positiva, porquanto a revista significa

*“[...] uma oportunidade de mostrar que somos favoráveis à simplificação da legislação tributária, à diminuição da carga tributária, bem como entendemos que é mais profícuo o trabalho fiscal preventivo do que punitivo” (Realidade Fiscal, p.2, dez/1994). A partir dessa ação discursiva, poderia ocorrer um movimento de modificação de “[...] alguns aspectos negativos, e errôneos, da imagem que o fiscal possui na sociedade” (Realidade Fiscal, p.2, dez/1994).*

Os textos de *Realidade Fiscal* podem ser divididos em três eixos. O primeiro seria aquele relacionado à proposta original, qual seja, o de discutir a temática tributária em seus diversos aspectos, mas especialmente o imposto estadual – o ICMS. Pode-se afirmar, a partir das formulações examinadas, a presença de um esforço para salientar a conservação do ICMS, no arcabouço tributário nacional, a partir de um “aprimoramento” da sistemática de aplicação, diante de uma possível reforma tributária. Diversos argumentos são apresentados, sendo que um merece ser destacado, e diz respeito à manutenção (ou reforço) do federalismo decorrente da presença do ICMS. Em sentido contrário, a extinção desse tributo e a adoção de outra fonte (ou forma) de arrecadação, mais simplificada, como postulam lideranças empresariais, poderia colocar em risco o “federalismo brasileiro”, em decorrência de uma centralização na esfera federal, retirando, dos estados regionais, margens de manobra na confecção dos regulamentos. Outra forma de demonstrar domínio técnico emerge, na revista, com a análise da arrecadação tributária, com enfoque principal no desempenho do ICMS. Tais avaliações, ainda que em formato mais reduzido, para ser veiculado em meio impresso, apresenta-se com inúmeros dados e recortes (evolução mensal, participação por setor econômico, tipo de imposto, etc.), inclusive com informações de outras regiões brasileiras. Não ficam elididas as discussões em torno das alternativas de melhora da arrecadação futura, mediante ajuste na composição dos tributos, evidentemente com a permanência do ICMS, como viga central, na possibilidade de uma reforma tributária.

O segundo eixo de temas desenvolvido na revista liga-se aos interesses mais imediatos de redefinição das fronteiras de atuação da base de associados da Afisvec. Essa questão já estava em desenvolvimento, na revista, antes da unificação das carreiras, sendo que após se fortalece discursivamente. O ponto central da discussão, do ponto de vista dos fiscais, relaciona-se à criação de uma secretaria dedicada, unicamente, às ações de arrecadação, ficando afastada das atividades

clássicas do tipo fazendárias, relacionadas ao controle da despesa e a auditoria dos demais órgãos de governo. A base de referência para sustentar a proposta está assentada em uma experiência já em vigor, mais exatamente na Secretaria de Tributação do Rio Grande do Norte, com resultados “extremamente significativos”.<sup>24</sup> A linha de sustentação da proposta, visando a sua adoção no Rio Grande do Sul, localiza-se na necessidade de uma recuperação da “capacidade de investir” do Estado. Diante da insatisfação da população com os “serviços prestados”, isso explicaria a “importância da reestruturação” da Fazenda, que resultaria numa “administração tributária moderna”. Para avaliar essa proposição, os porta-vozes mobilizaram diversos atores, como o deputado estadual Vieira da Cunha, e líderes empresariais, como o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, entre outros. Desse grupo de “avaliadores”, um merece ser destacado: o Procurador-Geral da Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Roberto Bandeira, que afirmou acreditar na necessidade da presença de um “órgão fazendário autônomo e independente”.<sup>25</sup>

O terceiro eixo de matérias veiculadas decorre da presença, através de entrevistas, ou mesmo de pequenos artigos assinados, de figuras de expressão do campo político, especialmente lideranças empresariais. Por exemplo, o primeiro número da revista apresentou uma entrevista com o empresário Jorge Gerdau Johanpeter, o qual explanou acerca da insuficiência de inovações na gestão no contexto estatal, postulando a aplicação de novos métodos administrativos. Nos artigos assinados, sempre dedicados a algum aspecto da questão tributária, inclusive no tocante à reforma dos impostos, contribuíram parlamentares como Mussa Demes (PFL/PI), Germano Rigotto (PMDB/RS), Paulo Odone (PMDB/RS), Sergio Zambiasi (PTB/RS) e Yeda Crusius (PSDB/RS).<sup>26</sup> O recurso da presença de atores relevantes do campo político teve um ponto de auge, quando os operadores da Afisvec deram publicidade a uma proposta de reformulação da Secretaria da Fazenda. Em função disso, foram ouvidos Emerson Kapaz (ex-deputado pelo PPS/SP) e Everardo Maciel (ex-secretário da Receita Federal). O primeiro ponderou, em abstrato, acerca do papel da Secretaria da Fazenda no contexto do Estado e da possibilidade de reforma deste último. O segundo teceu argumentos sobre os caminhos para uma administração tributária “moderna”, tendo defendido a necessidade de “[...] que o funcionário esteja preparado para acompanhar a evolução tecnológica e esteja, portanto, com grau de especialização” (Realidade Fiscal, p.8, fev/2006). Além desses agentes já apontados, entrevistaram algumas lideranças do “mundo empresarial”, como Paulo Feijó (ex-presidente da Federação das Associações Comerciais), Gregório Goidanich (presidente do Sindicato do Comercio Varejista de Combustível), Paulo Tigre (presidente da Federação das Indústrias do RS), Flávio Sabbadini (presidente da Federação do Comércio de Bens e Serviços) e Vicente Bogo (presidente da Organização das Cooperativas do RS).<sup>27</sup>

Ao arrolar, exaustivamente, esse conjunto de agentes sociais, busca-se demonstrar a capacidade da liderança em dialogar com distintos agentes do campo político. Essa competência de

---

<sup>24</sup> Ver *Realidade Fiscal*, nº 6, p.17-26, jan/2000.

<sup>25</sup> Ver *Realidade Fiscal*, nº 8, p. 35, fev/2006.

<sup>26</sup> Os partidos citados são aqueles que constam na Revista.

<sup>27</sup> Cabe chamar atenção que o debate político relativo ao papel do Estado tem enfatizado o controle da despesa, que fortalece o discurso dos auditores, o grupo concorrente, e não potencializa as formulações dos fiscais.

interlocução aberta, ao mesmo tempo, descortina a dificuldade em transitar, de modo silencioso, nos gabinetes de decisão, para viabilizar a aprovação das propostas do grupo, conforme a prática usual do passado. Em uma nova correlação, os porta-vozes dos fiscais enfrentam a necessidade de buscar alianças implícitas, com segmentos variados, para tentar viabilizar uma proposta de interesse do grupo, tendo em vista o posicionamento refratário das entidades concorrentes.

Ainda que a estratégia dos fiscais privilegie os movimentos intramuros, ou aqueles com um arcabouço que ressalta a dimensão técnica, portanto compatível com a trajetória do grupo, isso não significa a ausência do recurso de ações mais agressivas para chamar atenção dos agentes sociais. A ponta-de-lança nesse sentido tem sido o Sintaf, conforme já se tinha assinalado anteriormente. O alvo principal, especialmente para denúncias, localiza-se na denominada, pelos porta-vozes, “política tributária”, isto é, a questão da concessão de “anistia fiscal”, para contribuintes devedores, incentivos fiscais, sonegação de impostos, desestruturação da fiscalização, dentre outros. As intervenções nesses temas, em geral, tomam a direção de uma denúncia, o que acaba por resultar em intervenções da liderança na mídia. Por exemplo, um tema recorrente nos boletins informativos do Sintaf, é a denúncia do número insuficiente de fiscais para atuação junto aos contribuintes, inclusive com definição do número de vagas não preenchidas, o que geraria, em consequência, diminuição da arrecadação. Do ponto de vista dos operadores, o descuido com a fiscalização seria uma opção em que “[...] a carreira de fiscal vem sendo desestimulada e atacada pelo Governo estadual há muito tempo” (Fato Gerador, N<sup>o</sup>9, p.7, dez/1997). O reflexo disso resultaria na queda da arrecadação, ou seja, “[...] o governo impede que os municípios, a saúde, a educação e a segurança recebam mais verbas para o atendimento da população” (Fato Gerador, N<sup>o</sup>9, p.7, dez/1997). Para resolver as deficiências no quadro de fiscais, a proposição apresentada foi a realização de concurso público e a imediata nomeação.

## **Conclusões**

As informações trabalhadas nesta investigação expressam que a liderança dos fiscais tem à disposição, na execução do trabalho de representação, um conjunto consistente e diversificado de recursos materiais. A condição do grupo de pertencer ao estrato superior da burocracia do Governo estadual permitiu drenar recursos financeiros dos associados para formar o aparato descrito no corpo do texto. A estrutura física montada, a partir dessa fonte contínua de recursos, produz visibilidades perante os demais atores sociais, além disso, tratando-se de um espaço de interação, para fortalecer lealdades entre os pares e para propagar externamente a identidade que recobre o grupo.

No que diz respeito à agenda de temas, os fiscais têm como objetivo principal reconstituir uma carreira exclusiva para a receita tributária estadual, separada das demais. Com essa agenda, e para legitimá-la, optam por defender um “fortalecimento” do tripé tributação, arrecadação e fiscalização. Para viabilizar isso, argumentam a favor da criação de uma Secretaria Estadual da Receita, composta majoritariamente por integrantes do seu grupo, o que produziria um forte insulamento dos fiscais. Essa busca do insulamento do grupo é um indicativo, de uma parte, de um baixo comprometimento, ou

compromisso, institucional em relação ao modelo atual da Secretaria da Fazenda, de outra, de uma alta vinculação, ou lealdade, para com os componentes da carreira. Ou seja, esta investigação sugere a presença de um posicionamento preferencial pelo fortalecimento das trajetórias longitudinais do conjunto do grupo dos fiscais, uma forma radicalizada de manutenção das suas fronteiras, em contraposição ao identificado por Schneider (1994), que seria a opção por investimentos individuais na construção da carreira. No entanto, tendo em vista a dimensão dessa identificação, fragilizadora de uma instituição central para ação de governo, seria mais prudente confrontar outros dados, retomar as entrevistas para explorar esse ângulo, para, em consequência, ter um quadro mais consistente.

Em patamar inferior à reivindicação da carreira exclusiva, a liderança dedica grande atenção ao debate relativo à reforma tributária. Trata-se de uma temática que varia de intensidade no debate político, pois ora recebe grande atenção, ora cai de importância, o que significa uma vigilância permanente, e que se expressa em diversas manifestações presentes em distintos boletins informativos, ao longo do tempo. É um problema que tem grande importância para o grupo, em função do que foi montado nas entidades, que se tornou dependente da atual configuração tributária, pois uma mudança para outro modelo poderia trazer sérias consequências, inclusive colocando em risco o futuro da carreira. No entanto, deve-se ressaltar que a margem de atuação é estreita, na medida em que essa decisão ocorre na arena nacional e envolve atores com grande peso político.

Em outro plano, ao avaliar o conjunto das estratégias de ações dos fiscais, percebeu-se uma clara tendência por movimentos reivindicatórios junto às instâncias de decisão política, efetivados em um modelo discreto, padrão de ação compatível com a condição de pertencimento do grupo ao alto escalão hierárquico do Estado, ou seja, ao fato de formarem um segmento da elite burocrática, e de terem acesso aos altos escalões hierárquicos do Estado, variante do que Martins Rodrigues apontou como "sindicalismo do colarinho branco". Nesse sentido, ganha relevo a assistência de pares presentes em distintas arenas, com a liderança penetrando os espaços de decisão política e, especialmente, com a atuação dos colegas posicionados nas assessorias do Parlamento estadual. Mas cabe apontar que tal configuração, preferencial do caminho a ser percorrido, nas conquistas de interesses não significa que, em situações pontuais, ações extremadas não sejam empregadas, como o movimento grevista.

No material empírico examinado, emerge uma produção teórica significativa voltada à problemática tributária, o que proclama o domínio que o grupo acumulou ao longo do tempo e do qual é portador. Para dar vazão a esses trabalhos, e para dar conhecimento público da capacidade do grupo, a liderança emprega duas vias. A primeira, que tem como veículo propagador os boletins informativos editados, particularmente, pela Afisvec, resulta na divulgação de artigos técnicos relativos, em maior proporção, a essa temática. Esses artigos são produzidos por um grupo seletivo de fiscais, o que sugere terem a condição de serem os porta-vozes sintetizadores do conhecimento técnico do grupo. A segunda via expressa-se na realização de seminários, em vários formatos, voltados ao exame da questão tributária, reunindo, além dos componentes do grupo, figuras destacadas do campo político e atores ligados a essa temática. Os pontos de vista que vêm à tona, nas revistas e nos encontros, são uma boa fonte para o estudo de como os fiscais gaúchos se

posicionam frente à temática tributária, mas o que importa, neste artigo, é o significado da difusão desse conhecimento.

Propagar o domínio de uma *expertise* é uma estratégia que um grupo de interesse pode empregar diante da dificuldade de trabalhar com o número de componentes, especialmente nas organizações pequenas, o que é o caso, e de uma adequação mais apropriado ao *ethos* dos agentes, que optam por operar em arenas mais discretas, de acordo com Offerlé (1998). Já em Simeánt (2000), o discurso “especializado” pode ser constituído levando em consideração dois aspectos: o primeiro, na estruturação da ação política, na forma de uma ferramenta; o segundo na ligação do caráter fluído da fronteira entre os discursos voltados à militância de um interesse (ou de uma causa), de uma parte, e àquele centrado no domínio técnico, de outra, bem como na necessidade de ele estar voltado ao exterior do contexto onde é produzido. A necessidade de exteriorização procede da necessidade de contradizer concorrentes, ou, ainda, de convencer potenciais apoiadores, isto é, trata-se de produzir um discurso que seja aceito em outros espaços sociais, fora das fronteiras do grupo. Como conseqüência disso, o empenho discursivo dos fiscais deve ser captado como sendo parte de um processo de legitimação dos interesses materiais que defendem e da posição social que ocupam na estrutura do Estado. O empenho em construir a legitimidade resulta na afirmação de uma “autoridade social e intelectual”, tendo como sustentação o domínio da *expertise* da qual são os responsáveis. O processo de demonstração de domínio da temática tributária, nas suas diversas fases, que Simeant denomina de “cadeia de retórica”, é realizado de modo que seja entendida, externamente ao grupo, como sendo neutra e objetiva, notadamente na mídia.

Para finalizar, o estudo desenvolvido expressou, de uma parte, o enfraquecimento e/ou perda de prestígio dos fiscais, que não lograram contra-arrestar os movimentos do grupo concorrente, quando reivindicaram, inicialmente, equalização de salários e, mais adiante, unificação de carreiras. De outra, esses dois eventos, ocorridos nos anos 90, expressam a dificuldade do alto comando da Secretaria da Fazenda em lograr obter um consenso na implementação de uma política administrativa interna, e mesmo de impor obediência à burocracia fazendária.

### Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Preços e Luta Sindical de Tancredo ao Cruzado. In: **Crise Econômica & Interesses Organizados**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996. 211p.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Além do Corporativismo: Interesses organizados e democratização. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda (org.). **Lições da Década de 80**. São Paulo, Edusp, 1995. P.171-200.

BIRNBAUM, Pierre. Conflitos. In: BOUDON, Raymond, (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003, p.247-282.

BOLETIM DE VISITA. Porto Alegre: Afisvec, n.211, abr. 2001.

BOLETIM DE VISITA. Porto Alegre: Afisvec, n.218, abr. 2002.

FATO GERADOR. Porto Alegre: Sindaf, n.5, mai. 1997.

FATO GERADOR. Porto Alegre: Sindaf, n.9, dez. 1997

FATO GERADOR. Porto Alegre: Sindaf, n.16, jul. 1999.

FRIEDBERG, Erhard. Organização. In: BOUDON, Raymond, (org.). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995. p.375-412.

MACHADO, João José de Oliveira . **50 anos Afisvec**. Porto Alegre, Alcance, 2002. 160p.

JÁCOME RODRIGUES, Iram. **O novo sindicalismo: Vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999. 248p.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002. 335p.

REALIDADE FISCAL. Porto Alegre: Afisvec, dez. 1994.

REALIDADE FISCAL. Porto Alegre: Afisvec, n.6, jan. 2000.

REALIDADE FISCAL. Porto Alegre: Afisvec, n.8, fev. 2006.

SCHNEIDER, Bem. **Burocracia Pública e Política Industrial no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré, 1994. 404p.

SIMÉANT, Johanna. Friches, hybrides et contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants. In: HAMMAN, Philippe, MÉON, Jean-Matthieu et VERRIER, Benoit (orgs.). **Discours savants, discours militants: mélange des genres**. Paris: L'Harmattan, 2002. p.17-53.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des groupes d'intérêt**. Paris, Montchrestien, 1998. 158p.

**Anexo nº 01**  
**Cronologia**  
**Eventos relevantes relativos à Secretaria da Fazenda do RS**

1937	Surge o Imposto sobre vendas e consignações (IVC) – Interventoria de Flores da Cunha.
1940	Regulamento do IVC com a normatização da função de agente fiscalizador, o qual foi recrutado por concurso público; surge o fiscal de tributos estaduais – Interventoria de Cordeiro de Farias.
1949	Extinção das Mesas de Rendas, criadas na proclamação da República; é instituída a Exatoria, que tem a função de receber tributos e pagar os compromissos do Estado, inclusive os salários dos funcionários (juiz, promotor, delegado de polícia, professores, etc.) – Governo de Valter Jobim.
1955	Decreto estadual estabelece um comando único para as exatorias e para fiscalização tributária – Governo de Ildo Meneghetti.
1958	Decreto estadual revoga o decreto do comando único para as exatorias e para fiscalização tributária – Governo de Ildo Meneghetti.
1963	Programa de Centralização de Pagamentos amplia um processo, em andamento, de reformulação do papel das exatorias – Governo de Ildo Meneghetti.
1963	Parte da arrecadação de tributos é transferida para rede bancária; fortalecimento da Caixa Estadual e do Barrisul – Governo de Ildo Meneghetti.
1967	Novo Código Tributário Nacional – Extinção do IVC e criação do ICM - com proibição de vinculação da receita tributária com o salário da burocracia fazendária – Governo de Peracchi de Barcelos.
1971	É instituído o concurso público com formação universitária para o fiscal de tributos estaduais – Governo de Euclides Triches.
1972	Conclui-se o processo de centralização de pagamentos (funcionários e fornecedores) e passagem do pagamento dos tributos para a rede bancária. As funções das exatorias, desse momento em diante, são aquelas relativas ao controle da arrecadação – Governo de Euclides Triches.
1980	Redefinição das funções do cargo exator e instituição do concurso público com formação universitária – Governo de Amaral de Souza
1988	Extinção do cargo de exator e criação do cargo equivalente, de auditor de finanças públicas – Governo de Pedro Simon.
1994	Equalização do salário do fiscal com o do auditor de finanças públicas – Governo de Alceu Collares.
1997	Extinção dos cargos de fiscal e auditor e surgimento do cargo de agente fiscal – Governo de Antônio Britto